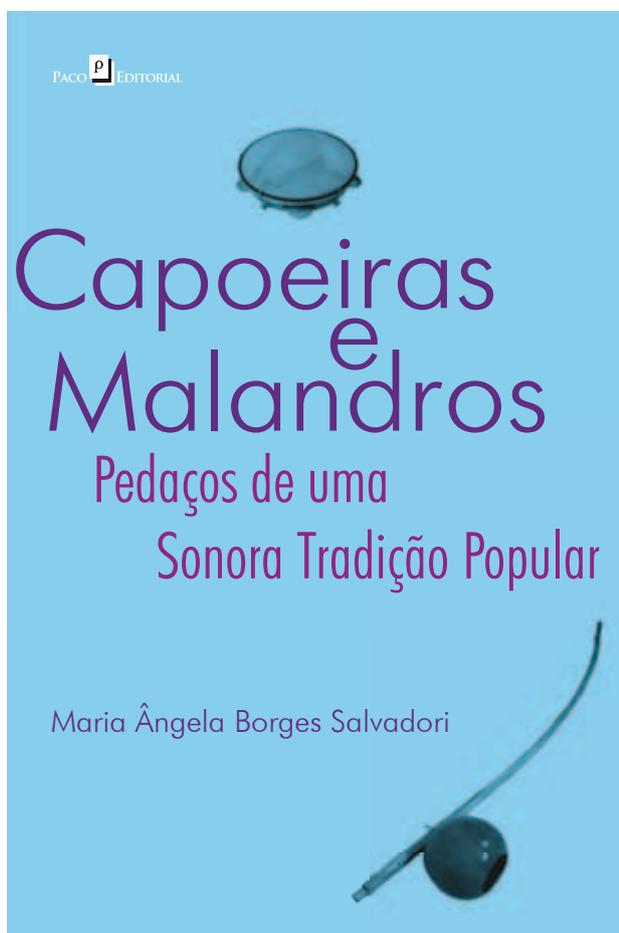


Capoeiras e malandros: barões da ralé



Adalberto Paranhos

Mestre em Ciência Política pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Doutor em História Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Professor do Instituto de Ciências Sociais e do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Pesquisador do CNPq. Autor, entre outros livros, de *Os desafinados: sambas e bambas no "Estado Novo"*. São Paulo: Intermeios/CNPq/Fapemig, 2016. akparanhos@uol.com.br

Capoeiras e malandros: barões da ralé*

Capoeiras and malandros: barons of the riffraff

Adalberto Paranhos

SALVADORI, Maria Angela Borges. *Capoeiras e malandros: pedaços de uma sonora tradição popular*. Jundiaí: Paco (no prelo).



*Eis o malandro na praça outra vez
Caminhando na ponta dos pés
Como quem pisa nos corações
Que rolaram dos cabarés*

*Entre deusas e bofetões
Entre dados e coronéis
Entre parangolés e patrões
O malandro anda assim de viés*

*Deixa balançar a maré
E a poeira assentar no chão
Deixa a praça virar um salão
Que o malandro é o barão da ralé*

Chico Buarque,
"A volta do malandro"

Como se recebesse um sopro de vida que o retirasse das zonas de sombras ou o arrancasse das gôndolas da Biblioteca do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, da Unicamp – onde foi concebido, já lá se vão quase 30 anos –, eis que, enfim, é dado à luz, em feição de livro, *Capoeiras e malandros: pedaços de uma sonora tradição popular*. Não vem ao caso indagar, aqui e agora, das razões desse exílio voluntário amargado pelo que foi, um dia, a dissertação de mestrado em História escrita, com as tintas da paixão historiográfica, pela jovem e talentosa pesquisadora Maria Angela Borges Salvadori. Ela que as confesse aos seus botões. Aos que tomaram contato com sua obra quando do seu nascimento e a todos quantos, finalmente, se franqueia a acesso a este trabalho, transcorrido tanto tempo, há motivos de sobra para saudar a boa-nova. É "o malandro na praça outra vez" e, de quebra, de braços dados com o capoeira, eles que "caminham na ponta dos pés", "andam assim de viés", e são, ao fim e ao cabo, "os barões da ralé".

As fontes que conferem lastro à pesquisa desenvolvida por Maria Angela não seguem um itinerário único. São múltiplas e tortuosas como seus dois objetos de análise, aos quais soldam sua existência. Em vez de buscar o conforto de uma via simples, ela funde materiais diversificados. E, ao atenuar a rigidez de fronteiras fixas, sutura campos do conhecimento

* Sob o título "Barões da ralé", este texto figurará como prefácio do livro de SALVADORI, Maria Angela Borges. *Capoeiras e malandros: pedaços de uma sonora tradição popular*. Jundiaí: Paco (no prelo).

habitualmente cindidos para expor a carne viva da história. Nesse passo, despontam, ao longo das páginas, a música popular, a literatura, matérias jornalísticas, registros policiais, processos criminais, bem como dados biográficos e fatos que a memória coa. Instala-se, portanto, a coabitação de diferentes linguagens.

Se capoeiras e malandros não constituem expressões sinônimas, os fios que os unem saltam aos olhos. O mais visível deles, como se dizia nos tempos que o livro rebobina, está no “viver sobre si”. O desejo, nem sempre realizado, de afirmação de sua autonomia e de liberdade se conectava, na prática, à profunda insatisfação com o regime de trabalho heteronômico que, desde a escravidão e alcançando o período posterior, continuava a pesar opressivamente sobre os trabalhadores. Confirmava-se, assim, por linhas tortas, o que escrevera Karl Marx, nos seus *Manuscritos econômico-filosóficos*, ao salientar que na sociedade capitalista o trabalho, em termos gerais, não correspondia a um ato voluntário. Do seu estranhamento decorria que, à falta do acionamento de dispositivos de coerção, “foge-se do trabalho como de uma peste”.

Ao descer ao rés do chão do mundo habitado pelas classes populares, em particular do Rio de Janeiro, com seu numeroso contingente de negros e pobres, a realidade filtrada pela ótica de Maria Angela nos descortina, em certa medida, exatamente esse tipo de situação na qual capoeiras e malandros se irmanavam nas suas aventuras, venturas e desventuras. Nas palavras da autora,

Dos valores estimados e praticados pelos malandros, muitos estavam presentes já na figura do capoeira: uma imagem visual diferenciada, com um padrão próprio de elegância, uma mesma origem – pobre e negra – e uma descrença em relação às promessas redentoras do trabalho calcada nas experiências da escravidão e na percepção do lugar oferecido aos pobres pela recém-criada República. Compartilhavam ainda um jeito de corpo muito específico, um andar gingado e uma grande agilidade de movimentos. Mais que parentesco, era tradição. Por vezes, capoeiras e malandros se confundiam.

A inadaptação de capoeiras e malandros à sociedade que, em especial no pós-abolição, promovia a sacralização do trabalho cobrou, sem dúvida, um alto preço de quem, de uma forma ou de outra, se insurgia contra a “boa moral” do assalariamento (com tudo o que ele carregava de aviltante). Batalhas sem tréguas foram desencadeadas contra os “vadios” (efetivamente, muitas vezes, contra os que se recusavam a sujeitar-se ao regime de trabalho assalariado). Na esteira disso, o Código Penal da república nascente, promulgado em 1890, tinha sob a alça de mira a capoeiragem. Estabelecia, no fundo, uma inequívoca associação entre autonomia e vadiagem. De mais a mais, seu artigo 399 era explícito: “deixar de exercitar profissão, ofício ou qualquer mister em que ganhe a vida, não possuindo meios de subsistência”, poderia resultar, para os nascidos no Brasil, no seu despacho para as colônias penais e, para os estrangeiros, na sua deportação.

Sob tal prisma, como já evidenciou Sidney Chalhoub em *Trabalho, lar e botequim*, firmava-se uma estreita relação entre ociosidade e pobreza. Afinal, somente o ocioso pobre era visto como “vadio”. A ideologia enaltecedora do trabalho se prestava, a rigor, a funcionar como uma poderosa alavanca destinada a contribuir para a formação de um mercado de trabalho assalariado urbano no período pós-escravidão. Nesse contexto, o ocioso

equivalia a um ser depravado, à beira, para dizer o mínimo, do crime. Daí a conceber as classes pobres como classes perigosas não faltava mais nada.

Como mostra Maria Angela, processos criminais foram instaurados contra “contraventores” que ousavam incorrer na vadiagem e na prática da capoeiragem. Dentro e fora dos aparelhos de Estado, distintos agentes sociais, como a polícia, a imprensa e intelectuais, atiraram-se nesse combate, em nome dos “bons costumes”. Em muitos cantos do planeta, como apontou Michel Foucault, a homossexualidade fora considerada uma doença da qual eram portadores os loucos do instinto sexual. Nesse caso específico, a vadiagem foi equiparada, pelo saber/poder médico, a uma espécie de loucura, a um fenômeno patológico. No âmbito da Psicologia e da Psiquiatria, o “vadio”, além de parasita social, não passaria de um alienado. E eu acrescentaria que essa concepção se arraigou tanto na sociedade brasileira que, tempos depois, em 1947, uma fotorreportagem publicada na revista ilustrada *O Cruzeiro*, de autoria de Jean Manzon e David Nasser, batia na tecla da criminalização da capoeira. Sob o título “Delinquência juvenil”, a matéria identificava tal capoeiragem à “escola do crime”, apesar de ela haver sido admitida em 1937 como instrumento de educação física.

Mas não se pense que malandros e capoeiras se apartassem por completo do universo do trabalho. Erguer um muro intransponível entre a vadiagem e o trabalho, como se ambos não se comunicassem, implicaria traçar uma dicotomia por demais simplificadora. Evocando, aqui, Guimarães Rosa, em *Grande sertão: veredas*, numa citação livre, bom seria se o quadrado fosse quadrado, o redondo, redondo; na realidade, tudo é misturado. E as cartas desse jogo, exibidas em *Capoeiras e malandros*, transpõem o fosso da simplificação e se embaralham.

Em primeiro lugar, como não se vive de brisa, seria mais correto ressaltar, como o faz Maria Angela, que normalmente eles viviam a meio caminho entre o trabalho e o ócio. Para tanto, malandros (de resto, uma expressão polissêmica, por comportar diversas, quando não contraditórias acepções), por exemplo, lançavam mão de expedientes variados, que incluíam um vasto e criativo repertório de ações: eles se valiam de toda sorte de golpes, trapaças, para ludibriar otários. Como quem tateia atalhos por vezes obscuros, aplicavam passa-moleques, à maneira da sociedade surgida entre o esperto e valentão Teixeira e o aparentemente pacato cidadão Sebastião – figuras que saltam do anonimato, típico de quem se recolhe ao sumidouro da história, para a fatura literária de Marques Rebelo em seu livro *Marafa*, datado de 1935. Ambientando suas histórias no Mangue, Praça Onze, Estácio de Sá, Lapa, Vila Isabel e por aí afora, esse escritor flagra, acima de tudo, as miudezas da vida de gente das classes populares imersa no dia a dia e compõe, à sua moda, como que uma *history from below*.

Permitam-me descer a alguns detalhes desses dois personagens que, embora não estejam presentes em *Capoeiras e malandros*, se movimentam à imagem e semelhança de outros tantos que o frequentam. Sebastião era um misto de trabalhador e malandro. Não era, pois, nem uma coisa, nem outra: era, sim, dialeticamente, as duas coisas ao mesmo tempo (por isso, como recomenda Félix Guattari em *Micropolítica*, deveria ser pensado em conformidade com a chave explicativa do e... e, não do ou... ou). Dedicava-se a fabricar brinquedos para crianças, pintava tabuletas, cartazes, o diabo, o que lhe proporcionava nada mais do que parcos rendimentos. Sua experiência de vida (categoria analítica tão cara a E. P. Thompson) lhe ensinou que “ser honesto não rende”. Segundo Marques Rebelo, “a cana estava

difícil de chupar”. Casado, pai de cinco filhos pequenos, para dar conta de sua função de provedor da família, metera-se decididamente nas artes e manhas das trapaças, jogador escolado que era. Ele que, pelos contos do vigário que passava, colecionara entradas na polícia. Sebastião se uniu, na empreitada de caçar trouxas, ao seu amigo de infância, o cafetão Teixeira. Os dois manobravam uma engenhoca de jogo para iludir incautos.

Por outro lado, por mais que malandros e capoeiras possam inspirar simpatias, Maria Angela não fecha os olhos para facetas nada heróicas desses “elementos” que saíam dos eixos. Quantas vezes, capoeiras não se prestavam a desempenhar papéis como os de capangas eleitorais de candidatos das elites, premidos pelas circunstâncias de viverem a nenhum, na pindaíba? Quantas vezes, malandros renitentes – avessos ao trabalho regular, disciplinado e metódico – não recorreram à exploração do trabalho cotidiano de suas companheiras? Desfazendo simplismos analíticos, ao se deter em canções dos anos 1930-1950, a historiadora rememora contradições que emergiam no discurso e na vivência da malandragem. Ao examinar, especificamente, “Emília”, samba composto em regime de parceria entre Wilson Batista e Haroldo Lobo, em 1941, ela conclui: “A mulher do malandro é exatamente aquela que trabalha com afinco. O amor do malandro percorre caminhos que indicam uma negação individual da condição de trabalhador, mas que vê com bons o trabalho alheio”. Trocando em miúdos, as mulheres de malandros, não raro, eram muros de arrimo da família. Todavia, como eu procuro evidenciar em *Os desafinados: sambas e bambas no “Estado Novo”*, ao enveredar pelas representações de gênero na música popular, isso não as impedia de transformar canções muros de lamentação e de protestar diante da repartição tremendamente desigual das responsabilidades com o sustento doméstico.

De fato, essa faca de dois gumes, no que se referia ao trabalho, cortava especialmente a carne das mulheres, constatação que aproxima de novo o livro de Maria Angela de *Marafa*. Nele, as mulheres são personagens onipresentes, entre as quais as prostitutas, as polacas, como Rizoleta, Geni, Paulete, Julinha de Todos, Lolote, Frida, que desfilam pelas suas páginas ostentando as carnes fartas que fugiam pelas suas poucas roupas. Numa delas, Rizoleta, bastante requisitada pela freguesia masculina, Teixeira encontrou “uma mina” inesgotável de dinheiro. Dela jorrava, fácil (fácil para quem?!), o que já se chamou de “lucro das impurezas”. Indo direto e reto ao ponto, as malandragens do seu homem o catapultaram à condição de verdadeiro cafetão. Ele, como o descreve Marques Rebelo, desde muito cedo “vivia de expedientes”. Cantor diletante, violão em punho, com seu ar de sabichão, sua lãbia, o ofício ao qual atrelara sua existência era o de enganar os outros. Tal como fizera no Clube dos Furrecas, ao desviar para o seu bolso boa parcela dos recursos destinados à organização dos préstitos carnavalescos. E, no trato dispensado a Rizoleta, que caía de amores por ele, Teixeira alternava demonstrações de carinho e de força, entre tapas e beijos. Beijos e carinhos que, como bem sabia sua amante, ele dividia democraticamente com uma infinidade de mulheres do Rio de Janeiro...

Nem tudo eram flores, portanto, no ambiente da capoeiragem e da malandragem. No modo de ser malandro, imperava, comumente, o individualismo, como frisa Maria Angela. Ele caminhava pelas bordas, em meio a bravuras e bravezas, impulsionado por um objetivo central: tirar o pé da lama. Essa era, em muitos casos, a sua gramática de vida. Por isso, ao retratá-lo friamente, a autora o aproxima e o distancia do capoeira:



Comparando capoeiras e malandros é possível perceber que, embora tenham muitos parentescos, não são figuras iguais. A opção de vida do malandro é muito mais individual que a do capoeira. Nunca chegaram a constituir organizações delineadas e reconhecidas como foram as maltas. Respeitavam regras semelhantes de convivência, mas não praticavam a malandragem coletivamente e, ao contrário do capoeira que procurava mais sobreviver que acumular, o malandro desejava “encher os bolsos”.

Para além das diferenças que os separavam, capoeiras e malandros, como assinala Maria Angela, esmeravam-se no uso político do corpo. Seja por sua linguagem gestual, seja por sua indumentária especialíssima, sua maneira de apresentar-se socialmente incorporava, como acentua Pierre Bourdieu, um sinal de “distinção”, de afastamento ou diferenciação em relação ao comum dos mortais. Em suma, a “insistência na elegância e no apuro da imagem procura recusar, pela aparência, a condição de operário” (p. 79). Era o que se via, entre muitos exemplos disponíveis neste livro, com o capoeira Manduca da Praia, no final do século XIX, ou o que se podia constatar, por intermédio de Wilson Batista, no célebre samba de sua autoria “Lenço no pescoço”, gravado em 1933. Ou, emendo, apelando uma vez mais para Marques Rebelo, era o que ostentava Teixeira. Na sua composição visual não faltavam um terno de flanela creme, o sapato de salto carrapeta, e o “chapéu atirado para o alto da cabeça”. Em outras ocasiões, ele “ia de branco engomado, muito frajola, gravata furiosa, pisando macio”. E, claro, acompanhado de um complemento indispensável: Teixeira costumava apalpar sua navalha...

Guardar distância da condição de operário era, pois, uma questão de honra para os malandros. Afinal, como insistiam em proclamar determinados sambas da época estudada por Maria Angela, trabalho rimava com miserê, com martírio e com sofrimento, o que destoava gritantemente das concepções de progresso e de ascensão social incensadas pela ideologia do trabalhismo durante o governo Vargas. Não foi à toa que, em umas tantas canções, a figura do malandro regenerado, repaginado como otário, foi ridicularizada, como em “Oh, seu Oscar”, de Wilson Batista e Ataulfo Alves, levado ao disco 78 rpm em 1939. Ou, como se escancara em “Acertei no milhar”, samba de 1940 assinado por Wilson Batista: o primeiro pensamento que ocorre a um trabalhador contemplado com a sorte grande no jogo do bicho é largar o trabalho e deixar para trás toda uma vida de carências e frustrações.

Neste livro, qual uma obra aberta, nem sempre, por certo, todos estarão de acordo com todas as interpretações expostas pela autora. Eu mesmo, por exemplo, tenho outra leitura sobre a posição assumida por Noel Rosa, que aqui, como em outros trabalhos, é convertido em crítico da malandragem, não sem um ranço supostamente elitista. Em artigos e livro, contestei essa versão, que é igualmente refutada pelos seus principais biógrafos, João Máximo e Carlos Didier, em *Noel Rosa: uma biografia*. Da mesma forma, a partir de Antonio Gramsci, E. P. Thompson e Raymond Williams, seria admissível refletir sobre a temática da hegemonia sob uma ótica diferente, sem identificá-la a dominação total, plena e absoluta. Nada disso, entretanto, retira o mérito deste livro e a oportunidade de sua publicação.

No momento em que ele foi escrito era usual privilegiar quase exclusivamente as letras das canções. Maria Angela, a despeito de se ater sobretudo a elas, já externava alguma preocupação com o elemento mais



especificamente sonoro que integra o mundo dos sambas que examina. É bem verdade que, nos anos seguintes, se intensificaria a tendência a não reduzir a canção a um documento escrito, destituído de sonoridade. Nessa linha, as *performances* vocais, a linguagem instrumental adotada nessa ou naquela gravação, como componentes do mundo cancional, passariam a ter um peso considerável nas análises no campo da música popular, a ponto de se verificar que uma letra, dependendo de como é entoada, pode submeter-se a uma migração de sentido. Paralelamente, a compreensão de que a música fala além de códigos meramente verbais se imporia mais e mais. Contudo, repito, é significativo que, em 1990, Maria Angela – em sintonia com as contribuições de outros analistas – desse um passo adiante em comparação com abordagens habituais, no Brasil, produzidas nas áreas de Letras, História e Ciências Sociais.

Eis mais uma razão para que *Capoeiras e malandros* venha a público. Ele nos coloca frente a frente com todo um processo social recheado de lutas, resistências, acomodações, recuperações, ofensivas e contraofensivas, que envolveram, da parte do Estado, tentativas de folclorização da capoeira e de banir a malandragem. Seja como for, por mais que se tentasse impor, de cima para baixo, um discurso uno e uma prática uniforme com vistas à disciplinarização das classes populares, vozes e práticas destoantes continuaram a se manifestar, em maior e menor grau. Isso testemunha que a hegemonia dos valores característicos da sociedade capitalista não opera o milagre de transformar a tudo e a todos em simples caixas de ressonância de visões de mundo dominantes. Para desagrado dos que se apegam à ordem estabelecida, há sempre aqueles que “andam assim de viés”.

Como decorrência disso, no fecho deste prefácio, evoco novamente um samba de Chico Buarque. Ainda que o desloque do seu contexto original, aproprio-me dele como se fora uma condenação brotada da boca de um malandro ao escarnecer do trabalho de um otário:

*Prepara o teu documento
Carimba o teu coração
Não perde nem um momento
Perde a razão
Pode esquecer a mulata
Pode esquecer o bilhar
Pode apertar a gravata
Vai te enforcar
Vai te entregar
Vai te estragar
Vai trabalhar*

Chico Buarque,
“Vai trabalhar, vagabundo”

Texto recebido e aprovado em maio de 2019.